

Santo André entre rios Oratório e Tamanduateí – o bairro Jardim Ana Maria

Sumário

Santo André entre rios Oratório e Tamanduateí - o bairro Jardim Ana Maria	2
Introdução	2
As terras do Sítio do Oratório.....	3
Jardim Ana Maria.....	11
Referências Bibliográficas	20

Santo André entre rios Oratório e Tamanduateí - o bairro Jardim Ana Maria

Introdução

Apesar do foco deste estudo centrar no Jardim Ana Maria, para compreender a trajetória de ocupação deste lugar entende-se ser importante retroceder à ocupação de uma área muito mais ampla à qual o bairro está ligado em sua origem. O intuito é observar como se deram as interdependências internas e externas ao município e ao território, com vistas a que estudos da contemporaneidade (e mesmo estudos mais aprofundados sobre sua trajetória) possam ter um ponto basal de reflexão. Busca-se, também, realçar a conexão com a memória coletiva que vem sendo construída por projetos ligados ao poder público ou mesmo por iniciativas da própria sociedade e comunidade local. Não se trata de um estudo exaustivo, mas se elencaram informações visando traçar o desenvolvimento de sua ocupação, bem como características significativas.

Para tanto, realizou-se um estudo da genealogia de ocupação desta porção de Santo André, levando-se em consideração informações que pudessem ter direta relação com os bairros atuais. As informações foram coletadas em fontes documentais constantes no acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, informações em bancos de teses, dissertações e artigos, bem como coleções digitais da Biblioteca de Santo André/SC/PSA, da Biblioteca Nacional Digital e o arquivo do jornal O Estado de São Paulo. Espera-se, em um segundo momento, um aprofundamento em coleções de jornais regionais e locais, com vistas a analisar e valorizar a dimensão territorial da informação.

O conjunto de imagens apresentada tem no acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa a sua principal chave, além de alguns portais de imagens aéreas. Trata-se de um conjunto de imagens restrito a atividades de loteamento e de política pública de urbanização de área no bairro. Carece-se de imagens nos quais o protagonista é o morador ou transeunte do bairro/região. Mas, desvelar e trazer ao conhecimento mais amplo referências culturais desse território é, também, objeto deste estudo.

Entende-se que o recolhimento de informações, lembranças, documentos, fotografias e objetos associados às manifestações socioculturais, à história e à memória coletiva deste território ainda é escasso. Espera-se que o estudo, ainda que breve, possa estimular que outras pessoas possam convergir, divergir e dialogar com a abordagem realizada com vistas à construção da história e memória desejada por seus moradores.

Santo André, 28 de março de 2024.

Suzana Cecília Kleeb

Historiadora – Departamento de Planejamento e Projetos especiais – Secretaria de Cultura
Prefeitura de Santo André

As terras do Sítio do Oratório

Retroceder no tempo em busca da dinâmica territorial desta porção de Santo André nos permite retornar ao século XVIII, em dois momentos em que claramente se evidenciam marcos históricos e geográficos desta porção do município atual. O primeiro foi o ano de 1739, quando José Barbosa de Lima – possuidor de uma gleba de terras entre os atuais municípios de São Paulo, Santo André e Mauá – solicitou autorização para erigir uma capela que passou a ser referência de localização de suas terras: o Sítio do Oratório (Santos, 1992). O riacho que serpenteava as terras também passou a ser conhecido como córrego, rio ou ribeirão Oratório¹. Sobre a capela, pouco se sabe, salvo que se tratava de um pequeno oratório dedicado à Nossa Senhora do Carmo, São Joaquim e Sant’Anna (França, 2012; Santos, 1992). Não se tem até o momento uma iconografia desta capela, mas sabe-se que, apesar de ter passado por diversas reformas, por volta da década de 1970 ainda estava presente na paisagem, quando então foi demolida (Viva Cidade, 1989).

Em termos de localização, na figura 1, em um recorte do levantamento aerofotogramétrico de São Paulo de 1930 (voo Sara Brasil²), é possível evidenciar na divisa entre São Paulo e o então município de São Bernardo – que agregava todo o ABC – a presença do pequeno oratório junto a um pequeno lago do rio Oratório.

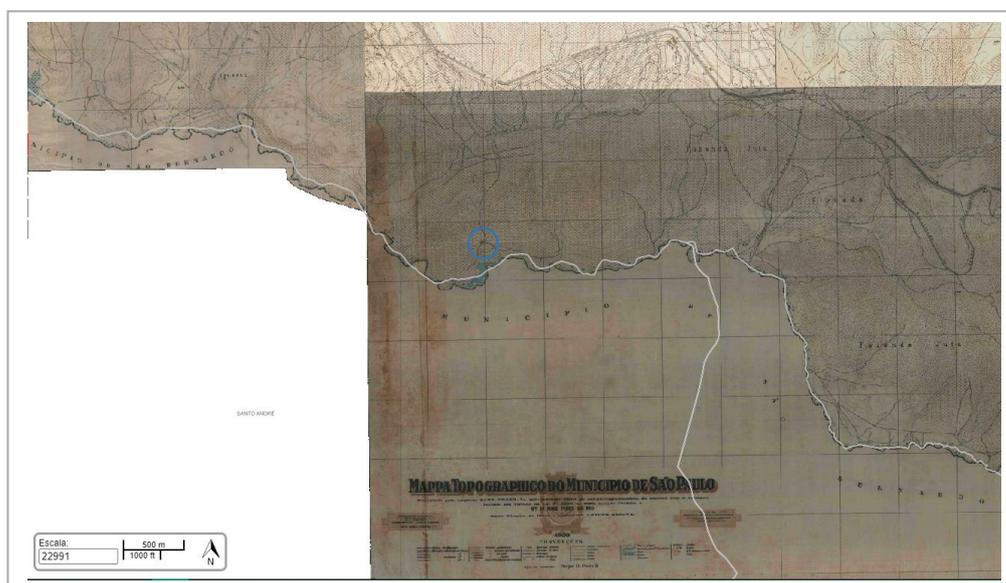


Figura 1. Detalhe do levantamento aerofotogramétrico Sara Brasil (1930) em que se observa em linha branca as divisas atuais de municípios de Santo André, Mauá e São Paulo. Circulado em azul a capela do Oratório. Coleção Sara Brasil, Geosampa/PMSP. Recorte da autora.

¹ Por não ter uma convenção exata da denominação, neste estudo será denominado rio Oratório.

² O Sara Brasil é um levantamento pioneiro utilizando-se da técnica da aerofotogrametria. O trabalho foi realizado entre 1928 e 1933 pela empresa italiana Societá Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici – SARA, levando que o município de São Paulo fosse a primeira cidade no mundo a produzir cartas detalhadas em escala 1:1.000, impressas também em 1:5.000. Fonte: Geosampa.

O segundo momento foi o ano de 1779, quando a Câmara de Vereadores de São Paulo pediu que se organizasse uma estrada de ligação entre a região de Tabatinguera, no centro daquele município (Santos, 1992) e a Capela de Nossa Senhora do Pilar³ em uma região conhecida como Caguaçú ou Caaguassú, atualmente localizada, em parte, no município de Ribeirão Pires. O caminho ia do centro paulistano, passava pela região da Mooca, junto ao rio da Mooca e, possivelmente, por uma estrada que se valia do atual trajeto da rua do Oratório, nas cercanias da região de Sapopemba, Zona Leste de São Paulo, então dirigia-se à capela do Pilar e de lá seguia até Mogi das Cruzes. A longa estrada, utilizada em larga medida por tropas de animais que faziam o transporte de mercadorias, deveria possuir diversas variantes e caminhos subsidiários e um deles tocava a Freguesia de São Bernardo e a Estrada Caminho do Mar, configurando-se uma das ligações com o porto de Santos. Em um ponto nevrálgico, junto ao rio Tamandateí e a estrada de ferro Santos a Jundiaí, instalou-se a estação de São Bernardo, inaugurada em 1867, e que teve papel significativo para a constituição do núcleo urbano central de Santo André na atualidade.

O Sítio do Oratório, após a morte de José Barbosa de Lima em 1755 (Santos, 1992), continuou presente na família Barbosa de Lima, então como propriedade de um de seus filhos, Escolástica Bueno de Lima, casada com José Ortiz da Rocha⁴. Do casamento destes nasceu João Franco da Rocha, casado com Maria da Cruz de Jesus. Tendo este falecido em 1822, deixou por herança as terras do Sítio do Oratório à esposa e filha, Catharina Maria Franco da Rocha. Desenrolado o espólio de seu esposo, Maria da Cruz de Jesus e seu genro Capitão Mor José Rodrigues de Menezes (em nome de Catharina Maria Franco da Rocha) vendeu o Sítio do Oratório a João Cardoso de Siqueira⁵, com escritura passada em 23 de agosto de 1842.

³ A Capela de Nossa Senhora do Pilar foi erigida em 1714 pelo capitão-mor Antonio Correia de Lemos e existe até os dias atuais. Informações complementares podem ser acessadas em <https://ribeiraopires.sp.gov.br/capela-nossa-senhora-do-pilar/> Acesso em janeiro de 2024.

⁴ Informações da genealogia familiar complementares podem ser acessadas em Descendentes do Capitão José Ortiz da Rocha e Escolástica Bueno de Lima. Link: <http://www.arvore.net.br/rocha/d1.htm#i221> Acesso em fevereiro de 2024.

⁵ Era avô de figuras proeminentes no município, com destaque para Saladino Cardoso Franco, líder político e prefeito por catorze anos (1914-1930) e José Augusto Leite Franco professor na região (desde 1891) e diretor do I Grupo Escolar de São Bernardo (1914 a 1926) e líder político local (Diário Grande ABC, 27.08.2009. Acesso em <https://www.dgabc.com.br/Noticia/277585/ze-professor-uma-historia-de-140-anos>. Acesso em fevereiro de 2024)

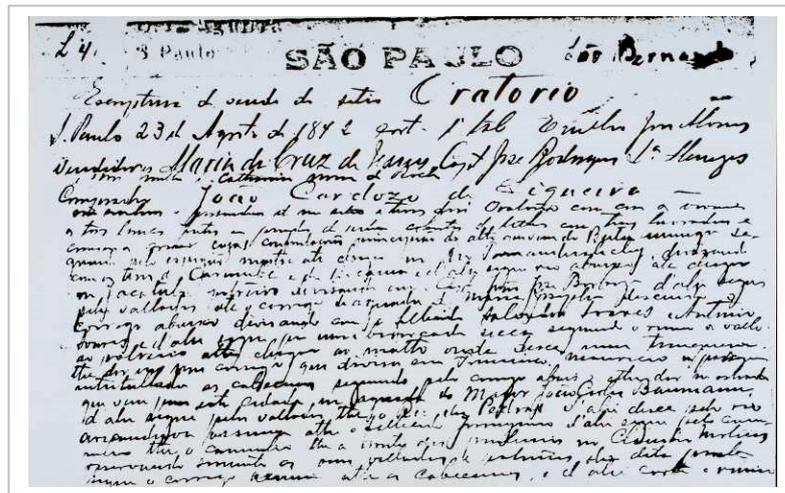


Figura 2. Reprodução de Escritura de compra e venda do sítio Oratório passada em cartório no dia 28 de agosto de 1842 entre os responsáveis pela venda Maria da Cruz de Jesus e seu genro Capitão Mor José Rodrigues de Menezes (em nome de Catharina Maria Franco da Rocha) e comprador João Cardoso de Siqueira. Coleção Viva Cidade/PSA a partir de Wanderley dos Santos. Reprodução Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

João Cardoso de Siqueira, ao que tudo indica, já deveria morar na região desde ao menos 1833, uma vez que foi nomeado como inspetor de quarteirão da mesma região do sítio, na Freguesia de São Bernardo (Santos, 1992). Em 1837 foi selecionado para ser jurado na mesma freguesia e em 1856, já com a propriedade do sítio, foi candidato a Juiz de Paz em São Bernardo. Casou-se com Mafalda Franco em 1825, ainda em Mogi das Cruzes, sendo que o casal teve seis filhos, dentre eles Manoel Cardoso de Siqueira Franco e Antonio Cardoso Leite Franco⁶.

Em 1871, possivelmente após a morte do pai, Manoel Cardoso de Siqueira Franco, pôs à venda sua parte da herança do Sítio Oratório, uma vez que estava de mudança para Santa Isabel, onde assumiu cargos públicos e foi membro do diretório do Partido Liberal, e, por essa motivação é possível que a área não lhe interessasse mais. Suas terras foram vendidas a Manoel Leandro Soares e no jornal Correio Paulistano de agosto de 1871 se publicou uma descrição pormenorizada da propriedade:

Vende-se a metade da fazenda do Oratório, com boas propriedades, muito boas terras de plantar todos os mantimentos, tem muitas madeiras de serra de qualidades boas, muito perto da estação de São Bernardo, cerca de um quarto de légua, e distante de São Paulo duas léguas e meia, tem bons campos de criar, boas aguadas de beber, um gramado grande junto à casa, cercado de valo, também tem três cercados de campo de macega fechado de valo; da Fazenda tem légua e meia de terreno em quadra, com casa de morada, tem um quintal cercado de taipa com muitos arvoredos frutíferos, tem casca de curtir

⁶ Informações genealógicas complementares podem ser acessadas em Prados, parte 6, [Genealogia Paulistana Título Prados Parte 6 \(arvore.net.br\)](https://www.arvore.net.br). Acesso em fevereiro de 2024.

couros; distante da fazenda meia légua existem mattarias grandes. Vende-se a metade desta fazenda por seis contos de réis⁷ (Correio Paulistano, 03.08.1871).

A outra metade do Sítio Oratório, de propriedade de seu irmão, Antonio Cardoso Leite Franco, se manteve com a denominação Fazenda do Oratório. A fazenda remanescente era uma vasta área, com muitas matas. Não foram encontrados registros de uma atividade econômica proeminente nestas terras no final do século XIX, mas, diante do crescimento do núcleo urbano de São Paulo e a necessidade de carvão e dormentes pela ferrovia, possivelmente, o extrativismo de lenha e madeira deveriam ser os principais usos da fazenda. O interessante é que Antonio Cardoso Leite Franco publicou em jornal, em julho de 1909, um aviso de proibição de caça em suas terras. Esta publicação, além de identificar a presença de animais selvagens e a atividade de caça, comum naquele momento no ABC, possui algumas informações que reforçam o pouco uso da área. Disse o proprietário:

Tendo chegado a meu conhecimento que diversos indivíduos residentes uns na estação de São Bernardo e outros na de Pilar [atual Mauá] têm invadido, na minha ausência e na de meus filhos, os campos e mattas de minha propriedade denominada “Fazenda do Oratório” onde abusivamente, vão caçar, previno a todos que ali entrem com ou sem o meu consentimento que de hoje em diante fica expressamente proibido o ingresso de caçadores nas terras da referida fazenda. Faço público este aviso para que ninguém possa alegar ignorância, pois estou firmemente resolvido a proceder com os rigores da lei para todos aqueles que ali forem encontrados conduzindo espingardas e acompanhados de cães⁸” (O Estado de São Paulo, 04.08.1909, p.10).

Deste aviso se evidencia que eram terras com pequena ocupação econômica e ausência dos proprietários em boa parte do tempo. Em diversas outras notícias de jornal se observa que a família Leite Franco deveria ter moradia em São Bernardo e em São Paulo, pois em 1876 Antonio Cardoso Leite Franco era eleitor por São Bernardo⁹, e em 1904 era residente e capitalista em São Paulo, o que se comprova pela notícia de casamento de sua filha¹⁰ e o pagamento de imposto sobre capital particular utilizado para empréstimos para o ano de 1906 em São Paulo. Alguns de seus filhos residiam em São Bernardo, destacando-se Saladino Cardoso Franco e José Augusto Leite Franco; o primeiro, como realçado em nota anterior, importante político local e o segundo, além de político, era professor e diretor do

⁷ Original em jornal digitalizado pode ser acessado em [Correio Paulistano \(SP\) - 1870 a 1879 - DocReader Web \(bn.br\)](#) Acesso em janeiro de 2024.

⁸ Original em jornal digitalizado pode ser acessado em [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão \(estadao.com.br\)](#). Acesso em janeiro de 2024.

⁹ Original em jornal digitalizado pode ser acessado em [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão \(estadao.com.br\)](#). Acesso em janeiro de 2024.

¹⁰ Original em jornal digitalizado pode ser acessado em [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão \(estadao.com.br\)](#). Acesso em fevereiro de 2024.

I Grupo Escolar de São Bernardo, instalado na edificação atualmente ocupada pelo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

No começo do século XX se observou pressão sobre a ocupação das terras nos arredores da estação ferroviária de São Bernardo – atual Santo André Celso Daniel. Ao mesmo tempo, havia por parte do poder público municipal e estadual, desde os meados do século XIX, incentivos para atividades agropastoris no município. Após algumas tentativas, nos anos 1900 novas investidas, visando plantio de algodão na região (FCMSB, Atas de Sessões da Câmara Municipal de São Bernardo, S1 L3). Naquela época buscava-se incrementar a importância econômica da atividade agropastoril, ao lado da atividade extrativa de madeira, lenha, areia e pedra, além da florescente atividade industrial. Com este incentivo, outra informação, datada de 1910, indicou que os filhos de Antonio Cardoso Leite Franco desejavam criar “um estabelecimento agropastoril na vastíssima Fazenda do Oratório, sob direção técnica do reconhecido e reputado professor Leite Franco¹¹” que já realizava, naquele momento, experiências para este fim (O Estado de São Paulo, 01.02.1910, p.4). A informação não indicava exatamente qual seria a atividade que estava em foco, mas evidenciou que se buscavam novos rumos para a fazenda.

Na década seguinte, anos 1920, com os interesses apresentados por Nestor de Barros¹² - produtor de algodão e industrial da área de tecelagem - as terras foram vendidas a ele que, em parte das terras introduziu o plantio de juta e outras fibras. A juta era um excelente material para a produção de sacaria para transporte de produtos agrícola – especialmente o café – diante de sua alta resistência e possibilidade de padronização da sacaria. Contudo, a matéria prima era integralmente importada o que ampliava em muito os custos de produção¹³ (Saes, 2008). Com vistas a aprimorar a produção nacional foram sendo desenvolvidas experiências com juta, hibisco e rami às quais Nestor de Barros estava

¹¹ Original em jornal digitalizado pode ser acessado em <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19100201-11374-nac-0004-999-4-not/busca/Leite+Franco>. Acesso em fevereiro de 2024.

¹² Nestor de Barros nasceu em Sorocaba em 30.08.1874, filho de João Jorge Soares de Barros, pertencente ao Partido Republicano e Anna Olympia Ferreira de Barros. Após os estudos em Sorocaba, seguiu a carreira comercial, entre este município e São Paulo na fábrica de chapéus Sousa & Pereira. Cultivou algodão e estabeleceu-se como diretor da fábrica de tecidos da juta, a fábrica Sant’Anna, que mais tarde fez parte da Companhia Nacional de Tecidos, na qual foi diretor durante anos. Foi na década de 1930 vereador da Câmara Municipal de São Paulo. Faleceu aos 63 anos em 29.07.1937 (Correio Paulistano, 1937).

¹³ Ainda que já houvesse produção de sacaria de juta em São Paulo desde o século XIX – com Jorge Street e Alcântara Machado – a matéria prima era importada. Com vistas a baratear os custos, Nestor de Barros viu a oportunidade no plantio, o que fez por meio de sua empresa N. Barros & Cia em terras próprias e arrendadas (Correio Paulistano, 1937). Cabe salientar que ainda que houvesse forte correlação com a produção cafeeira esta era permeada por conflitos. De um lado, os cafeicultores reclamavam do protecionismo excessivo à indústria nacional, o que se evidenciava pelas altas tarifas alfandegárias de importação da sacaria, de outro os industriais da produção de sacas se queixavam das tarifas alfandegárias para importação da juta asiática (Matos, 1996).

profundamente associado, desde os anos 1920 e 30. Nestor de Barros adquiriu três fazendas – a fazenda Seminário (1921) na Cantareira, outra fazenda em São José dos Campos e a Fazenda Oratório (1929) em Santo André. Esta última possuía mais de 1.700 alqueires e em metade dela se concentrou a produção de juta (Almeida, 2023; Correio Paulistano, 24.08.1937).

Mesmo com a crise da Bolsa de Nova Iorque de 1929 que, entre seus efeitos levou à desvalorização e queima de café nas áreas produtoras, impulsionando ao aumento de estoque de sacaria não utilizada (Ferreira e Matos, 2018), Nestor de Barros manteve-se firme nas pesquisas e produção de juta e rami, visando o uso destas fibras para a fabricação de sacos para o transporte de outros produtos agrícolas. Com a ocupação de parte da Fazenda do Oratório com a produção de juta, esta recebeu o codinome de Fazenda da Juta, sendo assim reconhecida por antigos moradores. Na atualidade, um bairro em São Paulo – que integrava a antiga área – denomina-se Fazenda da Juta, exatamente em referência a esta atividade.

Segundo Raul Ferreira de Barros, filho de Nestor de Barros, este criou em Santo André uma estrutura apropriada para a produção de fibra de juta, com áreas de plantio e tanques para que esta pudesse ser preparada para o uso. Segundo ele, em 1934 a fazenda possuía cerca de mil empregados – entre homens e mulheres – que moravam em casas de madeira para as famílias casadas e casas em adobe, em formato vagão, para os solteiros. Estas edificações estavam espalhadas pela fazenda, em áreas próximas a cada setor de trabalho. Havia atendimento médico para os casos mais simples, escola e venda para atendimento aos empregados. O lazer era fomentado com times de futebol e com bailes de salão (Viva Cidade, 1989). Disse um trabalhador sobre como era a atividade industrial ali realizada:

O serviço era mais ou menos assim: as mulheres arrancavam a juta da terra para que os homens, de carreta, levassem a juta para a beira dos tanques. Tinha uns 40 tanques na fazenda, com uns oito metros de fundura cada um. Da beira dos tanques, os barqueiros levavam a juta para o meio dos laguinhos. Os barcos eram conduzidos a varejão – varas compridas usadas no lugar de remos. A juta era empurrada para baixo da água e depois presa por varetas. Sua embira [nome popular de plantas utilizadas para a confecção de fibras como o caso da juta] ficava amolecendo por 21 dias. Depois era tirada e levada para lavar nas bicas dos tanques. Cada tanque tinha umas 30 bicas. Outras mulheres lavavam a juta e deixavam um dia no sol. Depois enfardavam e as carretas levavam os fardos para armazenas nos barracões (Viva Cidade, 1989, p.7 e 8).

Do mapa da Fazenda do Oratório/Fazenda da Juta, datado da década de 1940 e apresentado na figura 3, é possível evidenciar seu tamanho, desde o rio Tamanduateí no município de Santo André, sendo cortada pela estrada da adutora Rio Claro e pela própria adutora, pelo rio Oratório. São diversos os córregos que fazem a divisa em São Paulo na Zona Leste e por Mauá o que divisava a fazenda era o córrego Corumbé, que na atualidade

divide diversos bairros com os Jardins Zaíra. Outro elemento geográfico de divisa era o Morro do Votussununga, ou do Cruzeiro, atualmente em São Mateus, São Paulo. Ou seja, era uma gleba grande de terra, sendo que sua sede tinha 41,7 alqueires e sinaliza-se no mapa a capela do Oratório, nas proximidades do rio Oratório, bem como da estrada de Santo André a Mogi das Cruzes, denominada na atualidade de rua do Oratório. No mapa esta finaliza-se nas terras de Dr. Francisco Peruche, loteador do Parque das Nações, em Santo André. Contudo, é sabido que esta rua avançava até a avenida Antonio Cardoso, nas proximidades do rio Tamanduateí. Também estão sinalizados o córrego Guaixaya e a estrada do Pilar, ou Caminho do Pilar. No limite de divisa desta fazenda em Santo André podem ser observados diversos proprietários limítrofes. Entre os grandes proprietários figuraram José Augusto Leite Franco, Francisco Peruche, Erasmo Teixeira Assumpção, herdeiros Antonio Queiróz dos Santos. Outros proprietários com áreas menores podem ser elencados: Joaquim Leandro, Getúlio de Oliveira, Salvador Motta, Pereira e Marino, Adolpho Bastos Filho.

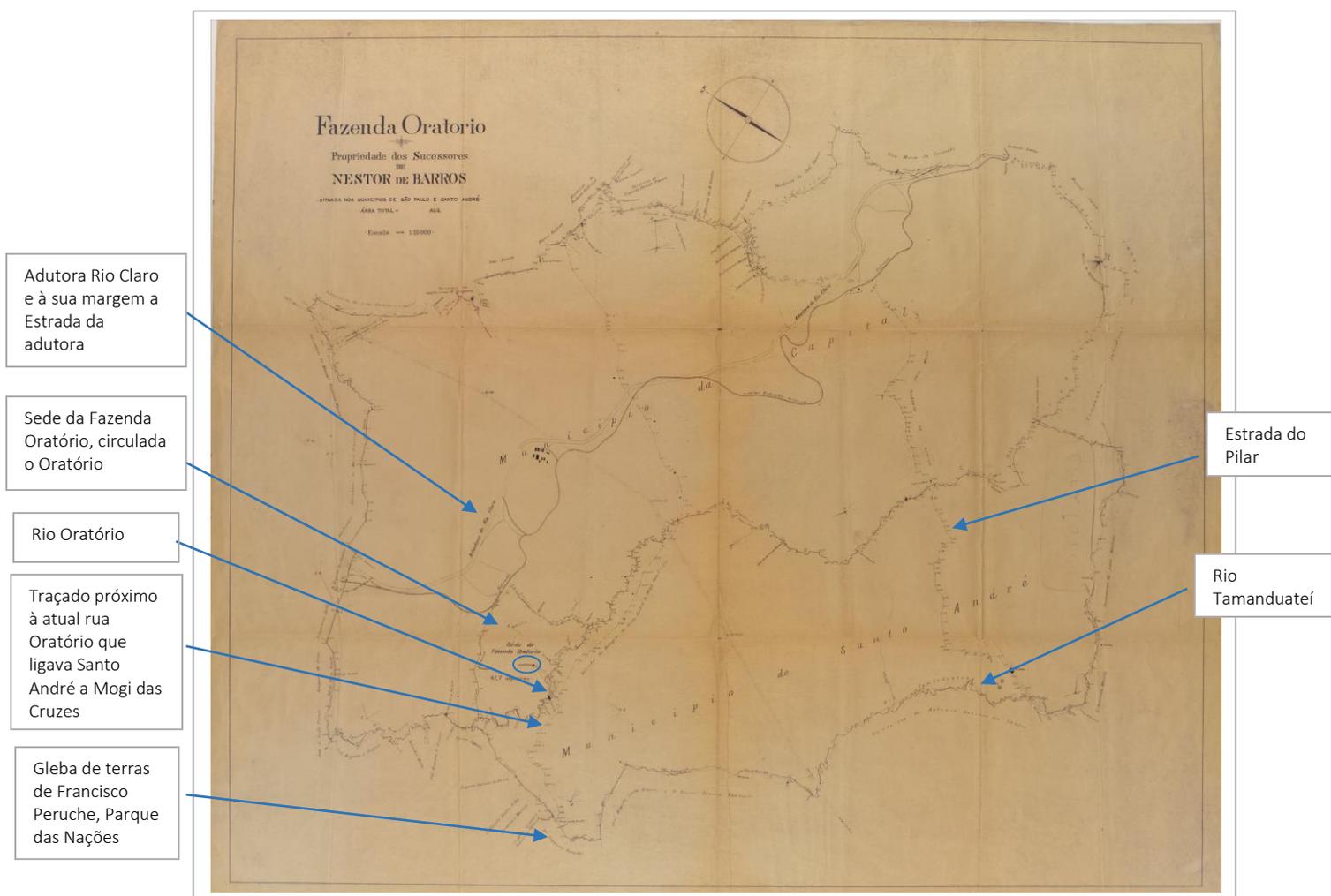


Figura 3. Mapa da Fazenda do Oratório dos sucessores de Nestor de Barros, possivelmente década de 1940. Coleção Museu Paulista/João Baptista de Campos Aguirra.

Além da produção de juta, moradores antigos recordaram o plantio de eucaliptos especialmente na área mais ao Norte e no atual Parque Capuava. A propriedade era gerenciada pelo genro Daniel do Amaral Junior, mas a morte de Nestor de Barros em 1937 levou a que as atividades fossem paralisadas em 1938, sendo sua produção agrícola substituída pela produção de batatas (Viva Cidade, 1989), entre outras verduras e legumes, conformando-se uma espécie de cinturão verde em Santo André e São Paulo. Contudo, após a divisão da herança, as terras foram loteadas. Em Santo André foram loteadas por herdeiros de Nestor de Barros ou por empresas para as quais as terras foram comercializadas. Conformaram-se, assim, diversos bairros do Distrito de Utinga. Destacam-se os bairros de Parque Oratório, Novo Oratório, Jardim Nevada, Jardim Santo Alberto, Parque Capuava e Jardim Ana Maria e Jardim Itapoan.

Grandes loteadores foram os irmãos Cesar, Renato e Armando Rossa que adquiriram 203 alqueires (Viva Cidade, 1989). Desta área, em 1948, lotearam o Parque Oratório, registrado em cartório em agosto de 1949, com área de 219,019m², (processo administrativo nº 7.651/48). Posteriormente, em 1949, foi loteado Parque Novo Oratório, pela empresa Rossa Imobiliária e Comercial Ltda que o dividiu em partes: uma de 484.923,2m² próximo à Rua Oratório (processo administrativo nº 9.369/49) e outra com 1.671.854,17m² que passou por modificações em 1954, o que pode ser conhecido em processo administrativo nº 14.965/54. Exatamente ali foi destinada área para a Cidade dos Meninos Maria Imaculada¹⁴, em área de 142.612.409m². Por fim, em 1966, dois outros loteamentos realizados pela mesma empresa nesta região foram o Jardim Nevada e Vila Iguazu, constantes do processo administrativo nº 9.628/66¹⁵.

Esta empresa apenas não atuou no loteamento de quatro bairros desta região: Jardim Santo Alberto, Parque Capuava, Jardim Itapoan e Jardim Ana Maria. O Jardim Santo Alberto foi loteado por membros da família Pecorari (processo administrativo nº 376/1954) e o Parque Capuava foi loteado por José Alcântara Machado de Oliveira Filho, Manfredo Abilio Brandi e Idylia S Correa, com área de 730.897m². O Jardim Itapoan, propriedade de Raul Ferreira de Barros, foi loteado mais tarde, em 1977, sob responsabilidade da Sociedade Ingai de Imóveis Ltda, com loteamento e arruamento sob

¹⁴ A Cidade dos Meninos teve início em abril de 1960 com doação de terras por parte da Prefeitura de Santo André para um grupo de Frades Menores Conventuais, junto ao Frei Populin, com vista a realizar ação social junto à moradores pobres do bairro, que se iniciou em fevereiro de 1961. A Sociedade Missionária dos Franciscanos Menores Conventuais tem desenvolvido ações voltadas para educação, centro de juventude, centro de reabilitação e academia. Informações complementares podem ser acessadas em <https://www.cidademeninos.org.br/index.php>. Acesso em fevereiro de 2024.

¹⁵ As plantas dos loteamentos citados encontram-se digitalizados na Gerência de Informações ao Planejamento, Prefeitura de Santo André e os processos podem ser consultados junto ao setor de Arquivo da Prefeitura de Santo André.

responsabilidade de Alfredo Heitzmann Jr. e Maurício Bernardes em área de 242.633,83m² (processo administrativo nº 31.270/77(?)). O Jardim Ana Maria (processo administrativo nº 11.786/55) foi loteado por Raul Ferreira de Barros e será objeto da próxima seção deste estudo.

Jardim Ana Maria

Raul Ferreira de Barros era um dos sete filhos de Nestor de Barros. Entre as diversas terras que recebeu de herança de seus pais, uma delas integrava a antiga Fazenda da Juta. Ali promoveu três loteamentos: o Jardim Ana Maria em Santo André (1955) e outros dois em Mauá – Jardins Sonia Maria (1959) e Silvia Maria (1961). A denominação dos loteamentos homenageou suas três filhas e consideraram-se formas de loteamento diversas. No caso do Jardim Ana Maria, denominado inicialmente Anna Maria, Raul Ferreira de Barros loteou uma área de 395.400m², e por meio do Decreto Municipal nº 1.092 de 18.05.1956 a Prefeitura de Santo André aprovou o plano de arruamento e loteamento deste bairro (Câmara Municipal de Santo André, legislação municipal).

Como o próprio loteador indicou em entrevista a Ademir Médici tratava-se de um loteamento que se referenciava em loteamentos jardins presentes em São Paulo, com lotes grandes e urbanização composta de diversas praças, ruas e avenidas largas e arborizadas. No loteamento foi prevista, em local limítrofe, junto à rua Oratório, uma área para a construção de escola, com doação de terreno realizada pelo loteador e aprovada por Lei nº 1.941 de 12.12.1962, processo administrativo nº 17.560/1962 (Câmara Municipal de Santo André, legislação municipal).

Diversos logradouros foram denominados com nomes de ligação direta com o loteador, caso da artéria que corta o bairro transversalmente denominada avenida Nestor de Barros, em homenagem a seu pai. Outro caso foram as avenidas Dr. Cândido da Silva Camargo, atual Candido Camargo, e Ana Leonísia do Amaral Camargo, atual Ana Camargo que homenagearam seus sogros. Duas praças circulares que distribuem o tráfego – praça Amaral e praça dos Camargos – são referências a seus grupos familiares e, ainda, a grande área livre no centro do loteamento, cortada pela avenida Nestor de Barros foi denominada com o nome de sua mãe, Sylvia Ferreira de Barros. Atualmente esta área denomina-se praça vereador Venâncio Neto.

A conformação original do loteamento pode ser observada na figura 4, em que fica clara a distribuição a partir da avenida central para as demais ruas em formato de leque, a partir de um nó inicial – a praça Amaral, seguida pela enorme área livre como se fosse um pulmão do bairro e nova praça circular mais ampla que orienta as demais quadras do

loteamento. No limite, nova área livre dedicada desde o loteamento para a construção de uma escola. Deste formato original houve poucas mudanças ao longo do tempo, sendo aduzida uma pequena área entre a rua do Oratório e o rio Oratório, que possivelmente na origem deveria pertencer a outra propriedade, ou limite entre os dois municípios – Santo André e São Paulo.



Figura 4. Planta do loteamento Jardim Anna Maria, aprovado em 1957. Desenho copiado a partir do original em 1965. Observe-se que as principais praças e a área livre já estavam presentes no desenho (realçados em azul). Coleção EADECO-GIP/PSA.

Apesar das atividades com a juta terem se finalizado em 1938, vinte anos depois ainda havia resquícios do complexo agroindustrial organizado por Nestor de Barros. Raul Ferreira de Barros, em entrevista a Ademir Médici, evidenciou que para dar início ao loteamento demoliu cinco casas que ficavam à beira da Estrada do Oratório e que foram construídas em 1929 para empregados da Fazenda da Juta. Em breve relato, um dos construtores destas edificações lembrou as condições que encontraram naquela área:

o caminhão da fazenda pegava os operários nas porteiras da estrada de ferro (em Santo André). E, toda manhã conduzia a gente para o trabalho nas casas. A estrada do Oratório era cercada de mato. Quando chovia o mato crescia e encobria tudo. Havia cobra, veado, onça. À tarde, terminado o serviço, a gente voltava para o centro de caminhão. E, quando calhava de não ter caminhão a gente precisava voltar a pé. (Viva Cidade, Jardim Itapoan e Jardim Ana Maria, 1990, p.6).

Em levantamentos aéreos apresentados nas próximas figuras é possível evidenciar as transformações e permanências da localidade desde o ano de 1958 até a atualidade. O loteamento do bairro se iniciou em abril de 1957, no entanto não foi muito rápida a sua

ocupação, como se pode na figura 5, datada de 1958. O loteador Raul Ferreira de Barros, em entrevista a Ademir Médici, indicou que a razão para a dificuldade inicial de venda dos lotes se associava ao tamanho destes – em geral 300m² –, sua localização em área periférica do município e os interessados na compra que eram geralmente famílias operárias recém chegadas do interior de São Paulo ou de Minas Gerais ou, ainda, moradores de outros bairros que desejavam sair do aluguel (Viva Cidade, Jardim Itapoan e Jardim Ana Maria, 1990). Um dos primeiros moradores do bairro relatou que havia uma propaganda que atraiu alguns dos moradores: os primeiros cinquenta compradores dos lotes receberiam cerca de cinco mil tijolos e as telhas para erguer as suas casas, o que era uma importante estratégia de atração utilizada pelos diversos loteamentos que surgiram desde os meados da década de 1920.

Na figura 6, em que se apresenta um recorte do levantamento aerofotogramétrico realizado pela Prefeitura de Santo André em 1968, já é notória a ocupação das áreas centrais do bairro, destacando-se a manutenção do traçado das praças e da área livre. Nas imagens subsequentes – figuras 7 e 8 – também fica evidente o quanto o traçado determinou alguns usos e apropriações para lazer e esportes. Outras transformações que não podem ser absorvidas pelo levantamento aéreo são apresentadas nas páginas seguintes e envolvem pesquisa em jornais e mídias sociais, bem como em entrevistas realizadas pelo projeto ‘Meu pedaço, memórias e cotidianos da cidade¹⁶’. Nas figuras seguintes são apresentadas vistas aéreas que permitem que se note transformações, adaptações e permanências no traçado do bairro. Este aspecto é salientado pois entre as entrevistas realizadas pelo projeto citado acima foi um indicador de qualidade de vida apresentado pelo loteamento e que se mantém passados mais de 65 anos da ocupação do Jardim Ana Maria.

¹⁶ Trata-se de um projeto de Programa de Educação Patrimonial/Depto de Planejamento e Projetos especiais da Secretaria de Cultura/Prefeitura de Santo André que capta, por meio de gravação em áudio e vídeo, aspectos da memória e práticas de cotidiano de moradores de bairros de Santo André. A metodologia se referencia no uso de história oral, com base na proposta do Museu da Pessoa. As histórias são compartilhadas em vídeos, podcasts e exposições.



Figura 5. Levantamento aerofotogramétrico da região metropolitana de São Paulo, 1958. Em destaque em azul o espaço ocupado pelo loteamento, bem como as áreas livres. As praças circulares de organização do trânsito ainda não tinham sido instaladas.

Acervo Geoportal Memória Paulista. Acesso em: <https://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>



Figura 6. Levantamento aerofotogramétrico do Jardim Ana Maria, 1968. Em destaque em azul as áreas livres e as praças circulares de organização do trânsito que estavam instaladas de maneira precária. Destaca-se a concentração de moradias nas áreas mais centrais do bairro e a inexistência de arborização. Coleção EADECO-GIP/PSA.



Figura 7. Vista aérea do Jardim Ana Maria, destacando-se em azul as áreas livres e as praças circulares consolidadas. No canto superior direito, a urbanização de conjunto habitacional Oratório, realizado por meio de mutirão no começo dos anos 1990. A arborização de ruas se evidencia e nas áreas livres há a conformação de duas praças de esporte. Imagem colhida no Google Earth, maio de 2004.

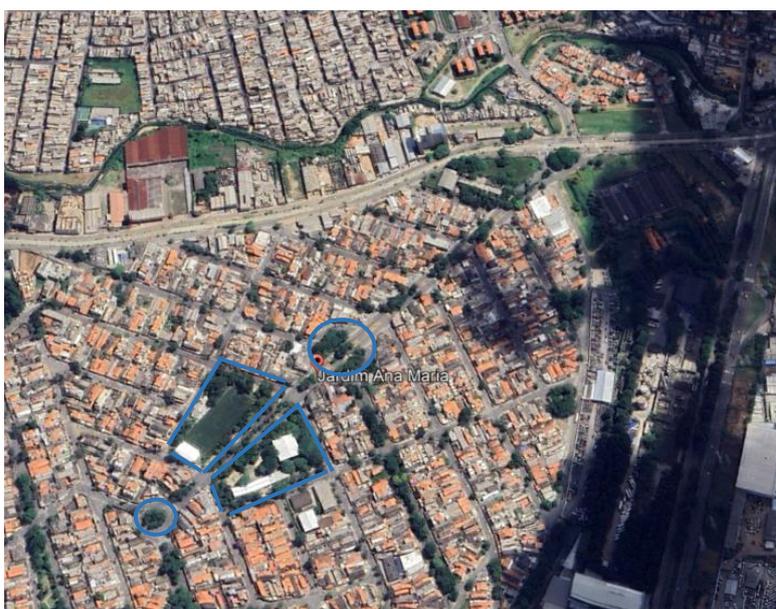


Figura 8. Vista aérea do Jardim Ana Maria, destacando-se em azul as áreas livres e as praças circulares consolidadas e a presença de edificações nas áreas até então relativamente livres de construção. Dentre as construções destaca-se o CEU das Artes Jardim Ana Maria, inaugurado em abril de 2019. Imagem colhida no Google Earth, fevereiro de 2024.

Por todas estas imagens aéreas fica evidente que o loteamento foi realizado com planejamento de ruas e lotes. A infraestrutura, no entanto, chegou apenas após alguns anos. A energia elétrica começou a ser instalada apenas em 1962 nas artérias principais, a linha de ônibus chegou no começo da década de 1960 e a estrutura de água e esgoto e pavimentação das ruas iniciou-se apenas mais de dez anos depois da abertura do loteamento, em 1969. Os moradores organizaram suas demandas sociais. A primeira escola foi inaugurada em 1.02.1962 em terreno do loteador, mas em condições precárias, com parte das salas em madeira. Apenas em 1969 iniciaram-se as obras para a escola

estadual que foi inaugurada em 20.10.1970. A denominação da escola – Professora Ivone Palma Todorov Ruggieri – homenageia uma professora que trabalhou na escola por sete anos. Em 1962 foi aberta a feira e em 1965 foi fundada a Sociedade Amigos do Jardim Ana Maria. A Sociedade Esportiva Jardim Ana Maria – SEJAM foi criada em 30.11.1961 e para suas atividades recebeu permissão de uso de área de 9.447m², por meio do Decreto nº11.232 de 4.12.1985. Esta era uma das áreas que o loteador tinha mantido livre no coração do Jardim Ana Maria. Os cultos religiosos inicialmente eram celebrados na escola, depois em um pequeno salão paroquial, inaugurado em abril de 1970. Um terreno de 3.300m² foi doado pelo loteador para a construção da Igreja Católica, consagrada a Santa Gemma Galgani. O início das obras ocorreu em 1981 e a primeira missa foi celebrada em 30.09.1984.



Figura 9. Placa de propaganda do loteamento do Jardim Ana Maria, junto à avenida Oratório, década de 1950. Coleção Ademir Médici/Raul Ferreira de Barros, reprodução Prefeitura de Santo André, 1990. Coleção PSA Viva Cidade. Acervo MSAOAG.



Figura 10. Placa de propaganda do loteamento do Jardim Ana Maria e edificação sendo construída, avenida Oratório, década de 1950. Coleção Ademir Médici/Raul Ferreira de Barros, reprodução Prefeitura de Santo André, 1990. Coleção PSA Viva Cidade. Acervo MSAOAG.



Figura 11. Edificações no Jardim Ana Maria, localização não identificada, década de 1950. Coleção Ademir Médici/Raul Ferreira de Barros, reprodução Prefeitura de Santo André, 1990. Coleção PSA Viva Cidade. Acervo MSAOAG.



Figura 12. Loteamento do Jardim Ana Maria, ao fundo Jardim Itapoan, década de 1950. Coleção Ademir Médici/Raul Ferreira de Barros, reprodução Prefeitura de Santo André, 1990. Coleção PSA Viva Cidade. Acervo MSAOAG.

Foram décadas para que o loteamento fosse todo completado e na franja mais fronteira do Jardim Ana Maria se consolidou uma favela. Nos anos 1990, durante o governo do prefeito Celso Daniel (1989-1992) estabeleceu-se uma política habitacional voltada para a urbanização de favelas, com garantia de acesso à habitação visando não apenas uma metodologia de intervenção como estruturação e arcabouço jurídico institucional para sua regularização (Denaldi, 2004). Dentro desta lógica, esta área foi urbanizada com construção de um conjunto habitacional por meio de mutirão. Consolidou-se ali o Conjunto Habitacional Oratório, localizado entre o rio Oratório e a rua Oratório que

recebeu denominação de logradouros por meio da Lei nº8.622 de 14.05.2004 (Câmara Municipal de Santo André, legislação municipal).



Figura 13. Mutirão de construção de casas do Conjunto Habitacional Oratório, localizado entre o rio Oratório e rua Oratório, outubro de 1990. Foto Fernando Ferreira. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Figura 14. Mutirão de construção de casas do Conjunto Habitacional Oratório, localizado entre o rio Oratório e rua Oratório, agosto de 1991. Foto Beto Garavello. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Figura 15. Mutirão de construção de casas do Conjunto Habitacional Oratório, localizado entre o rio Oratório e rua Oratório, dezembro de 1990. Foto Fernando Ferreira. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

Na atualidade, o bairro compõe o Distrito de Capuava com área de 557.353 m², divisando com os bairros Jardim Itapoan, Jardim Santo Aberto e o Polo Petroquímico de Capuava. É um bairro limítrofe com o município de São Paulo por meio dos bairros Jardim São Roberto, Fazenda da Juta III e Jardim Santa Adélia. Possui 4.812 habitantes (Censo Demográfico IBGE, 2010), sendo a maioria dos habitantes na faixa etária entre 20 e 59 anos. A percepção de alguns moradores é de se trata de um bairro de pessoas idosas, o que pode ser explicado pelo fato de que a população neste bairro foi estável – sem grandes flutuações ao longo dos anos. A segunda e terceira geração possivelmente devem ter se deslocado, em larga medida para outros bairros, mantendo-se nas residências pais e avós, moradores antigos no Jardim Ana Maria. Mas, estas condições tem se modificado, com uma transformação imobiliária de lote uni residencial comercializados com a presença de locais vagos por herança para multifamiliar com poucos andares – prédios sem condomínio. Estas condições têm atraído famílias mais jovens, segundo alguns moradores, o que pode modificar as características demográficas do bairro e influenciar mudanças nas tipologias de serviços, deficientes na atualidade.

Do ponto de vista de serviços educacionais, além da escola estadual citada em linhas acima, o bairro é servido por uma unidade escolar particular e um Centro Educacional do SESI – Serviço Social da Indústria, instalada em 1988 originalmente no Jardim Santo Alberto, e que com a remodelação perimétrica dos bairros passou figurar no Jardim Ana Maria. O bairro possui equipamento de saúde – UBS - USF Jardim Ana Maria (Santo André – SIGA). Este último deve se instalar a outros equipamentos públicos que compõem o complexo do CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados do Jardim Ana Maria, inaugurado em 13 de abril de 2019. Este espaço, assim como outros CEUs presentes em Santo André, integra programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania. Trata-se de um polo de convergência de serviços e de sociabilidade do bairro. No âmbito das práticas esportivas e de lazer estão presentes jogos esportivos, especialmente futebol e vôlei, além de atividades de dança e capoeira. Destaca-se a presença da prática do skate que diante da morfologia local se traduziu em um atrativo. Na atualidade, após demandas de moradores, foi inaugurada uma pista para esta atividade.

Do ponto de vista do transporte coletivo, o bairro possui linhas municipais com ligação bairro a bairro que percorrem e no limite com o município paulistano há linhas intermunicipais e o corredor de tróibus (Rua Oratório). Moradores se ressentem da falta de comércio mais ativo, caso de lojas, agências bancárias, drogarias e padarias. Recentemente foi instalado um mercado da tipologia atacarejo, mas outros tipos de mercados e serviços ainda não são frequentes, levando a que o morador tenha que se

deslocar a um bairro mais estruturado – caso de Parque das Nações – ou ao centro da cidade, ou, ainda, a bairros paulistanos como São Mateus e Sapopemba. Em suma, como diversos moradores indicaram trata-se de um bairro em transformação.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. R. de. A Fazenda do Seminário do Jardim Antártica, zona norte de São Paulo: História, memória e preservação. **Revista Cordis**. História e Arte. São Paulo, vol. 2, nº 30, 2023.

CÂMARA Municipal de Santo André. Legislações municipais. Link de acesso: <http://www4.cmsandre.sp.gov.br:9000/legislacoes/> Acesso em janeiro a março de 2024.

DENALDI, R. Santo André: urbanização de favelas e inclusão social. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v.4, nº4. P.7-20, out-dez.2004.

FERREIRA, A. da S. e MATOS, M.I. S de. A construção da fala autorizada: o saber agrônomo, as pesquisas e polêmicas em torno da juta em São Paulo. **Revista da História**, 2018. Link de acesso: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131697> acesso em fevereiro de 2024.

FRANÇA, Elisabete (Org). **Jardim São Francisco** (Projeto Global de Urbanização). São Paulo: HABI – Superintendência de Habitação Popular, 2012.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Trama e poder: trajetória e polêmica em torno da indústria de juta**. 2 ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996

PREFEITURA de São Paulo. **Conheça a história de São Mateus**. Link de acesso: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/sao_mateus/historico/index.php?p=438 Acesso em janeiro de 2024.

_____. **Geosampa**, portal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Link de acesso: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2024.

PREFEITURA de Santo André. **Coleção Viva Cidade/** Coordenadoria de Planejamento – Fazenda Oratório e Fazenda da Juta, 1989. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa/DPPE/SC/PSA.

_____. **Coleção Viva Cidade/** Coordenadoria de Planejamento – Jardim Itapoan e Ana Maria, 1990. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa/DPPE/SC/PSA.

_____. **Projeto Meu pedaço - memórias e cotidianos da cidade** – Projeto de Educação Patrimonial – Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, Departamento de Planejamento e Projetos especiais, Secretaria de Cultura, 2023-2024.

SAES, A.M. Industrialização e política local: constrangimentos na expansão da Companhia Nacional de Tecidos de Juta no início do século XX. **XIII Encontro de História ANPUH**, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, W. dos. **Antecedentes históricos do ABC paulista: 1550-1892**. Prefeitura de São Bernardo do Campo, 1992.

SOUSA, A. J. de. A cidade de São Paulo chega a São Mateus: o processo histórico do rural, do suburbano e da periferia (1948-1970). **30º Simpósio Nacional de História**, Recife, 2019. Link de acesso: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564779573_ARQUIVO_AdrianoSousaACidadedeSaoPauloChegaaSaoMateus.pdf Acesso em janeiro de 2024.

Coleções documentais

PREFEITURA de Santo André. **Fundo Câmara Municipal de Santo André**. Atas de Sessões da Câmara. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa/DPPE/SC/PSA.

PREFEITURA de Santo André. Coleção de mapas de loteamentos de Santo André (digitalizados) – EADECO – GIP/PSA.

GEOPORTAL Memória Paulista. Acesso em: <https://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/> Acesso em março de 2024.

Artigos de jornais

BIBLIOTECA Nacional Digital – Correio Paulistano. Notícia sobre venda de Fazenda Oratório, agosto de 1871. Link de acesso: [Correio Paulistano \(SP\) - 1870 a 1879 - DocReader Web \(bn.br\)](#) Acesso em janeiro de 2024.

_____. **Correio Paulistano**. Em memória de Nestor de Barros, escrito pelo vereador Achilles Bloch da Silva, 24.08.1937. Link de acesso: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pescq=%22Nestor%20de%20Barros%22&pagfis=20044 Acesso em janeiro de 2024.

_____. **Correio Paulistano**. In Memorian – relativo à morte de Nestor de Barros, escrito por Lellis Vieira, 29.08. 1937. Link de acesso: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pescq=%22Nestor%20de%20Barros%22&pagfis=20127 Acesso em janeiro de 2024.

Diário do Grande ABC. Zé professor, uma história de 140 anos. Link de acesso: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/277585/ze-professor-uma-historia-de-140-anos>. Acesso em fevereiro de 2024.

O ESTADO de São Paulo. Nota sobre Fazenda Oratório, assinada por Antonio Cardoso Leite Franco, edição de 4.08.1909. Link de acesso: [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão \(estadao.com.br\)](#). Acesso em janeiro de 2024.

_____. Nota sobre Boletim Eleitoral de São Bernardo em que consta como um dos eleitores Antonio Cardoso Leite Franco, 21.10.1876. Link de acesso: [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão \(estadao.com.br\)](#). Acesso em janeiro de 2024.

_____. Nota sobre casamento de Olívia de Araújo Franco, filha de Antonio Cardoso Leite Franco, com Daniel do Amaral, 7.02.1904. Link de acesso: [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão \(estadao.com.br\)](#). Acesso em janeiro de 2024.

_____. Nota sobre interesse de José Augusto Leite Franco em realizar pesquisas agrícolas na Fazenda Oratório, 1.02.1910. Link de acesso: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19100201-11374-nac-0004-999-4-not/busca/Leite+Franco>. Acesso em fevereiro de 2024.